

DESIGUALDADES SOCIAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

SOCIAL INEQUALITIES IN CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Luíza de Souza Barbosa^A

 <https://orcid.org/0009-0000-8503-889X>

Correspondência: s.luiza@gsuite.iff.edu.br

Maria Catharina Reis Queiroz Prata^B

 <https://orcid.org/0000-0002-5643-2115>

Correspondência: joseluisvianna@uol.com.br

^AInstituto Federal Fluminense (IFF – Campus Campos Centro), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

^BDoutora em Ciências da Arquitetura na área de pesquisa de Patrimônio, Teoria e Crítica da Arquitetura, realizado no PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora em Instituto Federal Fluminense (IFF – Campus Campos Centro), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2024.86234

Recebido em: 30 jul. 2024 | **Aceito em:** 01 nov. 2024

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar discussões relacionadas às desigualdades sociais no Brasil, enfocando o contexto da cidade de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro. Através de pesquisas bibliográficas e dados recentes, argumenta-se que a cidade enfrenta desafios estruturais, destacando que as disparidades têm raízes históricas e são mantidas por políticas públicas insuficientes. A hipótese central é que as políticas públicas implementadas no município não foram suficientes para mitigar essas desigualdades, e que sem uma abordagem baseada na justiça social, não será possível reduzir significativamente o problema. A conclusão ressalta a importância de ações estruturais que aliem valorização cultural e desenvolvimento equitativo.

Palavras-chave: desigualdade social; cultura; Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

This article aims to address discussions related to social inequalities in Brazil, focusing on the context of the city of Campos dos Goytacazes, located in the interior of the state of Rio de Janeiro. Through bibliographic research and recent data, it is argued that the city faces structural challenges, highlighting that these disparities have historical roots and are perpetuated by insufficient public policies. The central hypothesis is that the policies implemented in the municipality have not been sufficient to mitigate these inequalities, and that without an approach based on social justice, it will not be possible to significantly reduce the problem. The conclusion emphasizes the importance of structural actions that combine cultural appreciation and equitable development.

Keywords: social inequality; culture; Campos dos Goytacazes.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais no Brasil são fruto de um processo histórico que remonta ao período colonial, marcado por injustiças e exclusões estruturais. Ao longo de mais de 500 anos, fatores como a escravidão, a concentração de terras, e a falta de políticas inclusivas no período pós-abolição contribuíram para consolidar um cenário de disparidades que persiste até os dias atuais. Assim como em outras cidades brasileiras, em Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, a desigualdade social é uma realidade cotidiana.

Campos dos Goytacazes possui uma extensão territorial significativa e uma história cultural rica, marcada pela influência de diversas tradições e pelo papel importante que desempenhou na história do estado e do país. Apesar dessa relevância histórica e econômica, o município enfrenta desafios estruturais que afetam grande parte de sua população. O crescimento urbano desordenado, a concentração de renda e a segregação espacial são apenas alguns dos fatores que contribuem para o agravamento das desigualdades.

Este artigo propõe uma discussão acerca das principais causas das disparidades sociais em Campos dos Goytacazes, como fatores raciais, de gênero, econômicos e culturais. A hipótese central é que, embora algumas políticas públicas tenham sido implementadas nas últimas décadas, elas não foram capazes de promover transformações significativas devido à ausência de uma abordagem integrada e eficaz. Além disso, o estudo destaca a importância da valorização do patrimônio cultural como uma ferramenta de grande potencial, que aliada a outras medidas estruturais, auxilia no desenvolvimento social equitativo e na mitigação das desigualdades.

O estudo é baseado em pesquisas bibliográficas e na análise de dados socioeconômicos recentes, com o objetivo de evidenciar a necessidade urgente de ações efetivas para o combate às disparidades no município. Ao longo do texto, será discutido como a falta de acesso a direitos básicos, a vulnerabilidade habitacional, e a marginalização de determinados grupos contribuem para perpetuar a exclusão social.

2 AS DESIGUALDADES NO BRASIL

No Brasil, como ressaltado pela OXFAM (2021), as desigualdades sociais estão diretamente ligadas ao processo do colonialismo e seus eventos posteriores:

A desigualdade social por aqui [no Brasil] é um legado do período colonial, que se deve à influência ibérica, à escravidão e aos padrões de posses latifundiárias. Aspectos como racismo estrutural, discriminação de gênero, alta tributação de impostos e o desequilíbrio da estrutura social só agravam a desigualdade brasileira (OXFAM Brasil, 2021).

Devido ao papel desempenhado como área para exploração de recursos naturais durante o período colonialista, as atividades no Brasil não visavam a melhoria das condições de vida no país, mas sim atender às demandas comerciais europeias. Ao se explorar cada vez mais os territórios desconhecidos do Brasil de maneira precária, principalmente em busca de novas terras para o plantio de cana-de-açúcar e extração de minerais, foram estabelecidos um desenvolvimento desigual, no qual apenas aqueles que detinham o controle enriqueceram.

Com o passar do tempo, essa desigualdade se agravou, tornando-se mais complexa e enraizada na sociedade brasileira, a ponto de, ainda nos dias atuais, serem naturalizadas e percebidas como um problema de caráter individual por grande parcela da população (Wlodarski; Cunha, 2015). Segundo Wlodarski e Cunha (2015):

[...]Contraditoriamente, busca-se uma forma de amenizar os problemas decorrentes da pobreza, através da culpa lançada às pessoas que se encontram nesta situação. A representação que a sociedade capitalista adotou do sujeito que está em situação de pobreza, é de “vagabundo”, “analfabeto”, “desqualificado”, entre outros. **O que permite culpar uma única pessoa por um problema que é criado pela sociedade e que cabe a esta resolver** (Wlodarski; Cunha, 2015, grifo próprio).

Para entender a questão das desigualdades no contexto brasileiro torna-se essencial direcionar as atenções ao seu primeiro e principal alicerce: a intensa escravização ocorrida no país por praticamente quatro séculos, e a ausência de políticas públicas voltadas à inserção desses indivíduos na sociedade após a abolição (Theodoro, 2008). Embora seja um tema complexo que possui diversas camadas cuja análise detalhada não se enquadra no objetivo deste artigo, se faz necessário abordar, mesmo que de maneira sucinta, o racismo estrutural e a desigualdade racial no Brasil.

Após a Lei Eusébio de Queiroz em 1850 que proibiu o tráfico de novos escravizados e a Lei Áurea em 1888 que aboliu a escravidão no Brasil, existiu por parte do Estado Brasileiro a criação de dispositivos legais que incentivaram de forma intensa a imigração de europeus para trabalharem no país.

Conforme destacado por Theodoro (2008, p. 21), no início do século 19 “levas de trabalhadores de origem portuguesa vieram a se engajar na força de trabalho. Já na segunda metade do século, imigrantes de outras nacionalidades, sobretudo italianos, vêm engrossar ainda mais o fluxo de trabalhadores estrangeiros”. Com a chegada dos trabalhadores imigrantes da Europa, os africanos trazidos à força ao Brasil e seus descendentes, assim como os indígenas escravizados em suas próprias terras, se tornaram uma “força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência” (Theodoro, 2008, p. 15).

O Estado Brasileiro procurava “solucionar” a situação formada pós-abolição, onde agora os ex-escravizados deveriam ser pagos pelos trabalhos que antes eram forçados a fazer sem receber nada em troca. Ao mesmo tempo buscava se livrar da imagem de colônia após a Proclamação da República, almejando um progresso que, inspirado na burguesia europeia, acreditava que só seria atingido “embranquecendo” o país. Adotou-se então “medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais” (Theodoro, 2008, p. 15). As ações tomadas pelo Estado condiziam com os interesses das elites brasileiras e ex-escravistas, pois:

Havia um medo de a população negra ascender e fazer parte de uma futura classe média, portanto era necessário cortá-la e deixá-la na base da pirâmide social, subalternizada, pois não eram nem poderiam ser vistos como trabalhadores livres, rejeitava-se essa ideia, os senhores de engenho estavam contrariados, sentiam vergonha por terem que pagar seus antigos escravizados, dos quais eram, há pouco tempo, proprietários [...] Nesse sentido, a escravidão não desaparece, mas passa a ser tensionada como verdade efetiva e profunda do modelo de “trabalho livre”. A liberdade é percebida no abandono e na consternação profunda aos novos livres (Fernandes, 2021, p. 294-295).

Nesse momento se intensificou a desvalorização da estética negra, que passou a ser entendida como feia e degradante e esse pensamento se normalizou tendo em vista que, salvo raras exceções, as pessoas não brancas nesse ponto se encontravam em posições inferiores na sociedade, devido ao projeto executado pelo próprio Estado. Visando a consolidação de uma supremacia branca criou-se um padrão estético a ser

apreciado e seguido, padrão esse que era ligado à Europa e à estética do branco, e os que não se enquadravam nesse padrão deveriam “negar a origem africana ou indígena para se afastar do incivilizado e primitivo” (Fernandes, 2021, p. 295).

Fernandes (2021), ressalta que a falsa democracia racial brasileira ocorrida na década de 1930 legitimou a discriminação racial e naturalizou as desigualdades produzidas pelo racismo estrutural, onde:

A maior parte das pessoas negras se sujeita aos trabalhos mais vis e degradantes, recebe menores salários, não frequenta as escolas e as universidades, não exerce funções de poder, reside em regiões periféricas e também é assassinada com frequência por comandos do Estado (Fernandes, 2021, p. 296).

No Brasil, assim como em alguns países latinos, não existiram leis que dessem suporte aos recém libertos da escravização para que vivessem suas vidas como sendo parte integrante da sociedade, ao contrário, foram tomadas medidas em que essa população foi excluída das políticas públicas e marginalizada, tendo suas consequências refletidas até os dias atuais. Fernandes (2021) destaca que:

[...] A verdade é que nosso país foi fundado sob um holocausto racial, o maior crime da história da humanidade, jamais interrompido e nunca publicamente confessado, sequer reparado [...] **O país não reconheceu ou mostrou remorso generalizado por tratar pessoas na condição de sub-humanas e, quando não se tem culpa, naturaliza-se o ódio** (Fernandes, 2021, p. 298, grifo próprio).

Órgãos responsáveis por pesquisas socioeconômicas divulgam em seus relatórios há anos que as condições de vida entre os diferentes grupos raciais no país são desiguais e que a população negra compõe a maior parcela dos indivíduos que estão submetidos às piores situações em todos os aspectos, “seja no que diz respeito à educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida” (Jaccoud, 2008, p. 131). Conforme Ribeiro (2019):

Se a população negra é maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante [...] os homens brancos são maioria nos espaços de poder. **Esse não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravização** (Ribeiro, 2019, p. 13-14, grifo próprio).

Conforme apontado por Jaccoud (2008), a partir de 1980 se iniciaram ações governamentais, influenciadas principalmente pela organização do Movimento Negro no país, na tentativa de se combater as desigualdades raciais, tendo início em políticas dos municípios e estados. No entanto, o tema adquiriu maior relevância nos anos 2000 quando alcançou a esfera Federal e instituições como o Ministério Público do Trabalho e universidades públicas, através do sistema de cotas para que mais pessoas negras e indígenas tenham acesso ao ensino superior, com a criação de programas que visam combater o racismo institucional e programas que objetivam valorizar a cultura negra e reforçar sua importância para a identidade nacional.

As demandas do Movimento Negro brasileiro resultaram na classificação do racismo como um crime inafiançável e imprescritível pela Constituição Federal de 1988. Apesar de ainda não ser muito utilizado e não possuir grandes punições devido à burocracia envolvida no processo e da resistência exercida por alguns membros do Poder Judiciário, criminalizar e prever punição perante a lei os atos discriminatórios e preconceituosos é considerado um avanço na luta contra o racismo estrutural e institucional presente no país (Jaccoud, 2008).

Existiram alguns avanços em relação à luta antirracista e ao combate da desigualdade racial no Brasil, porém, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, para que esse combate seja eficaz é necessário que haja uma grande mudança na estrutura das instituições públicas e, principalmente, no pensamento dos brasileiros, compreendendo e aceitando a estrutura racista que formou nossa sociedade e tendo o entendimento que o fato de ser um país miscigenado não deve ser usado para esconder o racismo que se encontra enraizado em sua estrutura (Fernandes, 2021; Jaccoud, 2008; Theodoro, 2008). Segundo Theodoro (2008):

A adoção de políticas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação é condição básica para que as iniquidades sejam proscritas e o país possa enfim galgar o caminho de uma verdadeira ordem democrática, onde as pessoas não sejam medidas por sua aparência física ou seu biótipo (Theodoro, 2008).

Em relação aos outros fatores responsáveis pelas desigualdades sociais do país, a OXFAM Brasil (2021) destaca a má distribuição de renda, que faz com que “a população mais pobre tenha condições precárias, sendo o dinheiro apenas fonte de sobrevivência”; a dificuldade no acesso à educação de qualidade; a má gestão dos recursos públicos; os

investimentos públicos insuficientes e a falta da garantia a serviços básicos. De acordo com Cavalcante (2020):

As desigualdades são resultado também das instituições e políticas públicas que as modelam, com diferentes dinâmicas e padrões nas regiões e países do mundo, envolvendo diferentes configurações de regras tributárias, legislação trabalhista e características do estado de bem-estar social [...]. O combate ao problema no caso brasileiro tem sido marcado nos últimos anos, sobretudo desde 2015, por retrocessos, tanto nas políticas públicas quanto nos seus resultados no que tange aos indicadores socioeconômicos. Em síntese, a despeito do crescente processo de democratização, com mais competição política, acesso à informação e participação social no processo decisório, o problema persiste e o combate às desigualdades vem apresentando resultados abaixo do esperado (Cavalcante, 2020, p. 8).

A imagem a seguir (Figura 1) é, talvez, a foto mais conhecida em relação à desigualdade social no Brasil, mostrando lado a lado a favela de Paraisópolis e um prédio de luxo do Morumbi, em São Paulo.

Figura 1 - Paraisópolis e prédio de luxo do Morumbi, São Paulo



Fonte: Site da BBC Brasil. Foto: Tuca Vieira, 2004.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do Governo Federal, o Brasil é “marcado por altos níveis de desigualdade” e “conhecido por sua alta concentração de renda, onde o 1% mais rico detém 28,3% da renda total, tornando-o um dos países mais desiguais do mundo” (IPEA, 2023). Duas discussões que ocorrem no Brasil há décadas e que influenciam diretamente na questão da desigualdade de renda no país são a Reforma Tributária e a Reforma Agrária.

A Reforma Tributária é necessária na luta contra as desigualdades sociais pois é inegável que o país precisa de uma redistribuição de renda eficaz para corrigir a grande disparidade existente. Houveram algumas mudanças, porém não geraram grandes

resultados. Diagnósticos feitos acerca do atual sistema de tributação brasileiro demonstraram sua complexidade, a alta concentração de tributação sobre o consumo que gera um alto custo tanto para o Estado quanto para a população, a incidência do tributo sobre tributo, a existência de brechas para que burlem o sistema trabalhista e previdenciário, além de não propiciar a igualdade de renda (Barbosa, 2018).

Para que a reforma tributária se faça de maneira satisfatória, deve ser feita objetivando alcançar a justiça social, nesse sentido entende-se que:

Para se tributar de forma equitativa, o contribuinte deve colaborar para a receita tributária de acordo com a sua capacidade contributiva. Para que haja um tratamento igualitário, os indivíduos devem ser nivelados no sentido horizontal, de acordo com a sua situação econômica. Quem pode pagar mais, paga mais. Quem tem a capacidade de pagamento menor, paga menos [...] é evidente que não é cômodo ou acalentador aos possuidores de maior patrimônio ter sua renda tributada acima da média nacional, de forma progressiva. No entanto, se objetivamos evoluir como sociedade, precisamos pensar além do benefício pessoal e buscarmos uma justiça social de forma eficiente (Barbosa, 2018, p. 83/84/92).

Em relação à Reforma Agrária brasileira, se faz fundamental contra as desigualdades sociais pois possui como base o cumprimento da Constituição Federal de 1988 onde se deixa explícito que a terra não é uma mercadoria, como o mercado imobiliário propagou e propaga no país. A questão agrária no Brasil, assim como as desigualdades sociais, possui uma forte conexão com o sistema colonialista e com as políticas públicas adotadas em decorrência do fim da escravização, no entanto até os dias atuais nenhuma atitude direta foi exercida pelo Estado para corrigir esse problema criado por ele mesmo (Delgado, 2014).

O sistema agrário atual do Brasil é uma herança que favorece os latifundiários em detrimento de uma grande parcela da população que se encontra em posição de vulnerabilidade social. Com a Lei das Sesmarias que substituiu as Capitanias Hereditárias no colonialismo, houve uma nova divisão do território do Brasil que transformou o país em lotes extensos de terra, concentrados principalmente nas mãos de pessoas que possuíam ligações políticas, gerando assim os grandes latifúndios e muitas terras improdutivas (Tavares; Nogueira, 2021).

Como apontado por Tavares e Nogueira (2021), após a pressão feita pelos ingleses deixar evidente que o regime escravista não resistiria por muito mais tempo, foi promulgada no mesmo período em que a Lei Eusébio de Queiroz decretava o fim do

tráfico de indivíduos escravizados, a primeira Lei de Terras, a Lei nº 601 de 1850. A finalidade dessa lei era fazer com que os ex-escravizados não se tornassem proprietários de terras e deu prioridade para que as pessoas que já possuíam a permissão de uso de terras pela Coroa Portuguesa para a aquisição.

Desde a primeira metade do século 20, a questão da Reforma Agrária vem ganhando força através da Liga Camponesa e da Comissão Pastoral da Terra, atuando em conjunto com o Partido Comunista Brasileiro. Na segunda metade, com João Goulart na presidência do país, esse foi um tema debatido constantemente na política e consolidou a necessidade que ocorra a eliminação das grandes propriedades de terra, no entanto, com o Congresso Nacional composto majoritariamente por conservadores, as propostas de reforma foram rejeitadas e usadas inclusive como um dos argumentos utilizados para o Golpe Militar de 1964. Com o declínio da Ditadura Militar, se organizou o maior protagonista da atualidade na luta pela Reforma Agrária no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que aliado a muitas outras organizações sociais atuam em prol de se fazer cumprir a Constituição de 1988, defendendo a redistribuição das grandes propriedades de terras improdutivas para famílias de trabalhadores rurais (Tavares; Nogueira, 2021).

Como observado, é imperativo que a terra pare de ser vista como objeto mercantil e passe a ser entendida como direito básico, que haja uma reestruturação nas políticas públicas e no modo de pensar dos brasileiros acerca da propriedade para que o país avance em direção ao desenvolvimento justo e equitativo. Conforme Delgado (2014):

Proteger a sociedade da desigualdade fundiária, proteger a natureza da dilapidação; proteger os grupos étnicos e culturais para as quais a terra é essencial. E ainda proteger as próprias relações de trabalho das tendências regressivas à escravização são valores idealmente aceitos pela opinião pública. Mas a proteção simultânea desses valores que o regime fundiário constitucional enuncia, é uma tese herética na leitura da economia política do agronegócio. Sem mudanças neste campo não é possível romper a mercadorização absoluta, e, portanto, civilizar nossa estrutura agrária (Delgado, 2014, p. 36).

Os números das desigualdades no Brasil são assustadores, onde, apesar de possuir uma das maiores economias do mundo, cerca de 16 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e onde “os seis homens mais ricos do Brasil tem a mesma riqueza que 50% da população mais pobre” (OXFAM, c.2024).

O Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades, realizado pelo Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades em 2023, indicou que a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres no país é “gigante”, em 2022 os 10% mais ricos possuíam rendimento per capita mensal 14,4 vezes maior que os 40% mais pobres e que, enquanto 0,01% da população possui em média uma riqueza acumulada de 151 milhões, aproximadamente 7,6 milhões de pessoas vivem com uma renda per capita mensal menor que 150 reais. Em relação à tributação, foi dito que os mais pobres pagam mais impostos, correspondendo a 26,4% da sua renda mensal e os mais ricos, 19,2%.

Outro ponto apresentado refere-se ao fato que pessoas negras e mulheres constituem os grupos mais impactados pelas diversas formas de desigualdade, com a mulher negra, em particular, sendo a que “convive com mais precariedade habitacional e mais insegurança alimentar” (ABCD; CEBRAP, 2023, p. 5) e mais afetada com a discriminação do mercado de trabalho, recebendo em média salários 42% menores do que o homem branco ou amarelo. Segundo a OXFAM (2021), no cenário atual do país, as mulheres brasileiras só alcançarão salários equivalentes aos dos homens desempenhando funções similares em 2047, enquanto os negros só reduzirão a disparidade salarial em relação aos brancos em 2089.

Já em relação ao homem negro, o Relatório apontou que esse tende a ser o mais atingido pela violência e o mais excluído do sistema de ensino. 35,7% dos jovens negros do país estão fora do ensino médio e as pessoas negras são “76,9% das vítimas de mortes violentas intencionais e são 83,1% das vítimas das mortes decorrentes de intervenções policiais” (ABCD; CEBRAP, 2023, p.5).

Os indivíduos em situação de vulnerabilidade social enfrentam condições de vida desfavoráveis desde que nascem, residindo em áreas de risco e enfrentando “mais risco de morte por conta da ausência de serviços adequados de saúde” (ABCD; CEBRAP, 2023, p. 6). No ano de 2022, 31.856 crianças com menos de um ano morreram devido às condições precárias e à carência de acesso aos devidos serviços de saúde. As crianças nascidas em famílias de baixa renda também possuem obstáculos nas oportunidades de ensino desde seus primeiros anos, uma situação que muitas vezes se perpetua ao longo de toda a vida. Em 2022 cerca de 69% de crianças entre 0 e 3 anos não possuíam vaga em creches públicas.

Segundo o Relatório não existem políticas públicas eficientes para garantir a cidadania e os direitos mais básicos de pessoas em vulnerabilidade social. Entre 2021 e 2022, 96 milhões de pessoas, quase metade da população brasileira, não possuía acesso à

rede de esgoto, 4 milhões de pessoas moram em áreas que apresentam risco de deslizamento e 5,6 milhões de casas não possuem condições dignas de moradia. É importante destacar que “30,6% dos óbitos no país ocorrem por causas evitáveis. Isso representou, em 2022, 561 mil mortes. Entre os homens negros, a proporção é de 41,6%, o que significa que 23 homens negros morreram por hora de causas evitáveis” (ABCD; CEBRAP, 2023, p.6).

O Relatório levantou dados alarmantes em relação à fome no Brasil, um país que só saiu do mapa da fome em 2014/2015 e retornou em 2022 (Brasil, MDS, 2023). Nos anos de 2021 e 2022 “125,2 milhões de pessoas viviam em insegurança alimentar e para 33 milhões a situação era de insegurança alimentar grave, ou seja, fome” (ABCD; CEBRAP, 2023, p. 6).

Em consonância, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), informou que o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo” (SOFI) publicado em 2023 pela ONU:

Confirmou a piora dos indicadores de fome e insegurança alimentar no Brasil. Em 2022, segundo o relatório, 70,3 milhões de pessoas estiveram em estado de insegurança alimentar moderada, que é quando possuem dificuldade para se alimentar. O levantamento também aponta que 21,1 milhões de pessoas no país passaram por insegurança alimentar grave, caracterizado por estado de fome [e] essa piora foi o resultado do desmonte das políticas públicas sociais que vivemos nos últimos anos (Brasil, MDS, 2023).

No Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades também foram evidenciadas desigualdades regionais no país. A discrepância entre as regiões Norte e Nordeste em relação às regiões Sul e Sudeste é significativa em muitos aspectos, como saúde, educação, segurança pública, segurança alimentar, saneamento básico, renda, entre outros.

O fenômeno da desigualdade social no Brasil apresenta-se como uma questão complexa e enraizada, desde os primórdios do colonialismo, manifestando-se na estrutura social, nas políticas públicas e até mesmo nos conceitos estabelecidos nos pensamentos da sociedade brasileira (ABCD; CEBRAP, 2023). Essa disparidade não se restringe exclusivamente à distribuição de renda, mas estende-se a aspectos educacionais, raciais, regionais e de gênero, tornando a busca pela justiça social um desafio ainda mais árduo, pois:

Para além do âmbito da renda e da riqueza, as desigualdades se manifestam em diferentes dimensões que afetam diversas áreas da vida dos brasileiros, como o acesso à educação, à saúde, à moradia, à segurança e a oportunidades de emprego. As dimensões de gênero, raça/cor e territorial, por sua vez, carregam o peso de processos históricos e sociais de longa duração, que têm reproduzido as iniquidades ao longo de gerações (ABCD; CEBRAP, 2023, p. 9).

É essencial que tais desigualdades deixem de ser encaradas com normalidade e como questões individuais, passando a ser tratadas como problemas socialmente construídos e que demandam a união de toda a sociedade para sua resolução. Conforme o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso na abertura da Assembleia da ONU em 2023:

O destino de cada criança que nasce neste planeta parece traçado ainda no ventre de sua mãe [...] **A desigualdade precisa inspirar indignação. Indignação com a fome, a pobreza, a guerra, o desrespeito ao ser humano. Somente movidos pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo a nosso redor** (Lula da Silva, 2023, grifo próprio).

2.1 As desigualdades em Campos dos Goytacazes

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, o município de Campos dos Goytacazes, localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro, apresenta uma extensão territorial aproximada de 4.032,487 km², a maior área do interior do estado e possui uma população estimada de 483.540 habitantes. As desigualdades sociais na cidade são resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos e sociais que continuam a impactar a população de forma profunda.

Segundo dados divulgados em dezembro de 2023 pelo IBGE acerca do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios em 2021, houve um aumento de 0,1% no PIB de Campos dos Goytacazes, o colocando entre os cinco municípios com maior crescimento dos números no país (Ferreira, 2023). O Mapa da Riqueza publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em fevereiro de 2023, que une os dados das declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas aos da PNAD Contínua referentes a 2020, indicou que 13,64% da população campista declarou imposto de renda e colocou a cidade na 10^o

posição no Estado do Rio de Janeiro, e na 1.161^o no Brasil em relação ao Patrimônio Líquido Médio dos Declarantes (FGV, 2023).

No entanto, quando esses números são comparados aos números da pobreza, a desigualdade existente na cidade é evidenciada. Segundo dados de 2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, são 109.613 famílias cadastradas no Cadastro Único, onde a renda mensal é de até meio salário mínimo por pessoa, e 64.569 famílias cadastradas no Bolsa Família, onde a renda familiar mensal por pessoa é igual ou inferior a 218,00 reais, correspondendo a 162.109 pessoas (Brasil, 2024). De acordo com Curvello (2023) desde 2020 houve um aumento de 69% no número de famílias campistas em situação de extrema pobreza, passando de 45 mil para 76 mil.

Outro ponto que cabe destacar é a questão dos indivíduos que ainda hoje se encontram em situação análoga à escravidão. O Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas colocou a cidade em 5^o lugar nacional no ranking de pessoas resgatadas dessas condições entre 1995 a 2020, com 982 pessoas, que corresponde a 56,66% do registrado em todo Norte Fluminense (Curvello, 2023). Em relação ainda ao local de nascimento ou de residência quando resgatados, se encontra em 4^o lugar nacional (Campos dos Goytacazes, 2023).

O Direito à Cidade e a Função Social da Propriedade também não são devidamente postos em prática na cidade. Pois enquanto existem diversos edifícios sem uso, o primeiro Censo Sobre a População em Situação de Rua de Campos identificou 114 pessoas vivendo nas ruas da cidade em 2022, sendo que 49 desses dormem nas ruas ou em edifícios abandonados e 42 utilizam a rua para trabalhar. São 99 homens e 15 mulheres, 39% se declararam pretos, 29% pardos e 28% brancos, com idade média entre 40 e 59 anos. Desses indivíduos, 80 sabem ler e escrever, porém 53% não completou o ensino fundamental (J3News, 2023).

De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2023), com relação a 2022, na cidade de Campos dos Goytacazes existem 234.068 domicílios. Desses, 233.861 são particulares e permanentes, possuindo uma média de 2,74 moradores por residência, 128 são coletivos, estando 64,06% desses não ocupados, e 79 são particulares e improvisados. Dos domicílios particulares permanentes, 8,1% são de uso ocasional e 16,7% estão vagos, o que corresponde a 39.103 residências sem ocupação. Considerando a média apontada pelo IBGE de 2,74 moradores por domicílio particular permanente, cerca de 107.142 pessoas poderiam ser atendidas pelas residências apontadas como vazias.

Conforme Freitas e Faria (2011), o crescimento urbano desigual de Campos dos Goytacazes se deu principalmente em razão da adoção incompleta dos projetos higienistas do final do século 19 e à falta de políticas públicas habitacionais. O planejamento da cidade seguiu os interesses das elites e da especulação imobiliária, agravando a incidência dos loteamentos irregulares e do processo de favelização das camadas sociais mais pobres. Sendo, portanto, um dos principais responsáveis pela segregação social as “ações seletivas do poder público no tocante as obras de infraestrutura e embelezamento da cidade” (Freitas; Faria, 2011, p. 8).

Esse desenvolvimento desordenado criou desigualdades regionais na cidade, principalmente em relação ao lado direito e ao lado esquerdo do rio Paraíba. Dados do IBGE em 2010 indicaram que o Subdistrito de Guarus possuía área de 213 mil km², 26 bairros e 123 mil habitantes, atualmente é habitado por uma população de menor poder aquisitivo ou em situação de vulnerabilidade social (Pinheiro, 2018). Ao longo de um extenso período se criou um forte preconceito em relação aos moradores de Guarus, uma tendência que, embora tenha diminuído ao longo do tempo, ainda perdura nos dias atuais. Tal preconceito é atribuído principalmente ao início de sua ocupação, predominantemente por indígenas e ex-escravizados que estabeleceram diversos quilombos na localidade (Pinheiro, 2018).

Devido à falta de alternativa, muitos campistas constroem suas casas em locais ilegais que apresentam riscos de deslizamento de encostas, exemplo na Figura 2, alagamento e riscos de acidentes devido à proximidade de rodovias, onde os moradores dessas construções vivem em condições precárias de moradia.

Figura 2 - Casas em área de risco em Campos dos Goytacazes



Fonte: Site do Jornal Terceira Via. Foto: Silvana Rust, [s/d].

A citação a seguir são trechos da música “Da ponte pra cá” lançada em 2002 pelo grupo Racionais Mc’s, fazendo referência a imagens do cotidiano dos moradores do bairro do Capão Redondo na periferia de São Paulo e criticando a intensa desigualdade de realidades vividas entre as classes sociais presentes na cidade.

Apesar de passados mais de 20 anos de seu lançamento e ter tido como cenário a cidade de São Paulo, a letra ainda condiz com o cenário atual do Brasil e poderia ter sido escrita por moradores de Guarus, em Campos dos Goytacazes, tanto pela segregação e pela discrepância na qualidade de vida entre os dois lados do rio quanto pelo preconceito em relação a quem vive “da ponte pra cá”. A Figura 3 mostra uma referência à música no muro do lado esquerdo do Rio Paraíba do Sul, em Guarus.

[...] E cada favelado é um universo em crise
Quem não quer brilhar, quem não?
Mostra quem. Ninguém quer ser coadjuvante de ninguém [...] não
adanta querer ser, tem que ter pra trocar. O mundo é diferente da ponte
pra cá (Racionais Mcs, 2002).

Figura 3 - “O mundo é diferente da ponte pra cá”, Guarus



Fonte: Acervo de Ana Carla Pinheiro. Foto: Ana Carla Pinheiro, 2018.

Nos últimos anos é perceptível que as atenções das elites econômicas e do mercado imobiliário estão se voltando gradativamente para Guarus, gerando novas centralidades em alguns de seus bairros (Pinheiro, 2018). Sendo importante que o Poder Público Municipal esteja atento e se faça presente, adotando medidas e ações preventivas, para evitar o surgimento de novos processos de gentrificação que resultariam na eventual expulsão de indivíduos, ou de seus descendentes, que já foram excluídos do planejamento urbano anteriormente.

A região de Guarus, especialmente os bairros mais afastados das áreas do atual interesse do mercado imobiliário, carece de maior atenção e investimentos públicos, para

garantir aos moradores o direito à moradia digna, assim como infraestrutura urbana, mobilidade, segurança pública, acesso à educação e cultura, entre outros.

Em Campos dos Goytacazes é possível observar também a questão do processo de esvaziamento do centro urbano tradicional e sua consequente deterioração. Assim como em todo o Brasil, no fim do século 19 ocorreram reformas higienistas e tiveram como foco principalmente o centro, causando a expulsão dos moradores que não tinham condições financeiras para manterem o novo custo de vida no local e tiveram que se mover para as periferias da cidade que careciam de infraestrutura urbana.

A partir do início do século 20 o antigo centro não se adequava mais aos padrões e às necessidades da burguesia campista, perdendo aos poucos sua função habitacional. Foi criado um novo eixo de expansão urbana ao lado oeste da cidade, mais especificamente na região da Avenida Pelinca, Parque Tamandaré e Jardim Maria de Queiroz (Freitas; Faria, 2011). Essas novas áreas de interesse das classes dominantes:

Gradativamente passaram a atrair novos investimentos do poder público e privado, com a instalação de restaurantes, comércios diversificados e bancos, consolidando-as como novo ponto de centralidade da cidade; Centralidade esta que continuou a atrair a construção de moradias voltadas à população de alta renda (Freitas; Faria, 2011, p. 7).

Em uma cidade onde tantas pessoas estão em situação de rua ou morando em locais de risco, resolver a problemática das construções desocupadas ou subutilizadas precisa ser percebida como uma necessidade, possibilitando a união da conservação dos patrimônios ao enfrentamento da escassez de moradia adequada. Não é exclusividade do centro tradicional da cidade, porém ao andar pelas ruas dessa área é possível encontrar com facilidade muitos exemplares de prédios históricos em desuso, subocupados, abandonados, descaracterizados, degradados, construções em risco de desabamento ou já colapsadas.

Um dos exemplos mais recentes dessa questão, ocorreu na Área de Especial Interesse Cultural que é protegida pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos (COPPAM) e próximo à Zona de Comércio do Centro Histórico de Campos, onde parte da fachada de um edifício pertencente à Prefeitura Municipal, conhecido como Casa da Árvore e que foi sede da antiga Empresa Municipal de Trânsito (EMUT), que se encontrava abandonado há alguns anos e estava sem conservação desabou e foi demolido pelo risco iminente de desmoronamento (Barreto, 2024). A

imagem a seguir (Figura 4) mostra o processo de degradação do edifício até seu colapso. São de 2017, 2023 e de 2024.

Figura 4 - Processo de degradação até o colapso da “casa da árvore”, em Campos



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Fotos: Google Maps, 2017; Google Maps, 2023; Site NF Notícias, 2024; Acervo pessoal, 2024.

A condição dos edifícios históricos em Campos dos Goytacazes é reflexo da situação da cultura na cidade, onde, apesar de alguns avanços observados nos últimos anos, ainda se identificam grandes desafios. Embora existam diversos eventos e movimentos culturais, é necessário que o Poder Público adote ações mais efetivas e estruturais para conscientizar a população acerca da importância da cultura e para sua disseminação.

De acordo com o historiador Arthur Soffiati (2024):

[...] a Prefeitura vem prometendo há bastante tempo um programa de restauração do Centro e desses prédios. A promessa nunca se cumpre nem com o início de alguma obra. Entendo que a Prefeitura cozinha feijão com arroz. Nunca um prato mais substancial. Sua política cultural é de eventos de curta duração, não de ações estruturais (Barreto, 2024).

Existem diversos movimentos culturais organizados pela população na cidade, também é possível observar que o Poder Público trilha, aos poucos, caminhos para a propagação da cultura, mesmo que de forma ainda superficial. Dentre esses, destaca-se a Manifestação Cultural de Rimas (MCR), um movimento independente em atividade desde 2014 que ocorre na quadra localizada embaixo do viaduto Leonel Brisola, no centro histórico da cidade (Figura 5). Os organizadores da MCR investem tempo, recursos financeiros e energia para que o movimento continue acontecendo e crescendo. É um evento importante para a cultura Hip-Hop, que permite que pessoas que muitas vezes não são ouvidas pela sociedade tenham espaço para se expressarem e sonharem com uma nova perspectiva de vida.

Figura 4 - Manifestação Cultural de Rimas (MCR), Campos dos Goytacazes

Fonte: Acervo MCR. Foto: Maylon Amorim, 2024.

Como visto, Campos dos Goytacazes possui uma rica herança cultural e histórica, mas enfrenta obstáculos significativos que exigem a adoção de ações estruturais para a valorização de seu patrimônio e para a melhora na qualidade de vida dos habitantes. A trajetória da população campista é marcada por resistência e superação das adversidades, desde antes da formação oficial da cidade. Com o comprometimento do Poder Público em realizar os investimentos necessários, é possível reduzir essas desigualdades e promover um desenvolvimento mais justo e inclusivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirma a hipótese central de que as ações implementadas até hoje foram insuficientes para mitigar as desigualdades sociais em Campos dos Goytacazes. Os resultados revelam um cenário complexo, com questões históricas, econômicas e sociais entrelaçadas, perpetuando um ciclo de exclusão que desafia o desenvolvimento equitativo da cidade. O estudo destaca que, sem uma abordagem integrada e estrutural, as disparidades continuarão a afetar negativamente a qualidade de vida da população.

Políticas públicas mais efetivas, voltadas para a inclusão e justiça social, são fundamentais para transformar a realidade campista, proporcionar maior equidade para seus cidadãos e construir uma cidade mais justa. Assim como um planejamento urbano que leve em consideração o direito à cidade para todos os cidadãos, independentemente de sua classe social ou origem étnica.

Outro aspecto abordado é a importância de valorizar e preservar o patrimônio cultural de Campos dos Goytacazes. O patrimônio histórico, quando bem gerido, pode

ser uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento inclusivo, criando oportunidades econômicas e fortalecendo a identidade cultural da cidade. No entanto, para que isso se torne uma realidade, é preciso ultrapassar os desafios da especulação imobiliária e da negligência com os edifícios históricos.

As soluções para as desigualdades sociais exigem esforços estruturais, onde o investimento em educação, saúde, habitação e infraestrutura caminhe lado a lado com a valorização cultural e o respeito aos direitos humanos. Somente assim será possível criar um ambiente urbano que permita que a população campista tenha acesso a oportunidades mais justas e possam viver com dignidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Larissa Friedrich Reinert. Reforma Tributária e Justiça Social. In: SACHSIDA, Adolfo; SIMAS, Erich Endrillo Santos (org.). **Reforma tributária: Ipea-OAB/DF**. Rio de Janeiro: IPEA-OAB/DF, p. 79-94, 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180508_reforma_tributaria.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

BARRETO, Catarine. Parte da fachada do casarão da antiga Emut, em Campos, desaba. **Folha1**. Campos dos Goytacazes: Folha Geral, 2024. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/geral/2024/01/1296239-parte-da-fachada-do-casarao-da-antiga-emut-em-campos-desaba.html?fbclid=IwAR1fuuJZt2o9ANWveW6bIaC6-XF6sAdsTHZTtO1B2RTeyjUl6e1ctk8lVOs>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CAVALCANTE, Pedro. **A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

CURVELLO, Marcos. Campos lidera ranking do trabalho escravo no Rio. **Jornal Terceira Via**. Campos dos Goytacazes: J3News, 2023. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2023/03/26/campos-lidera-ranking-do-trabalho-escravo-no-rio/#:~:text=Campos%20dos%20Goytacazes%20%C3%A9%20a,Tr%C3%A1fico%20de%20Pessoas%20no%20Brasil>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CURVELLO, Marcos. Dados oficiais apontam aumento da extrema pobreza em Campos. **Jornal Terceira Via**. Campos dos Goytacazes: J3News, 2023. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2023/03/19/dados-oficiais-apontam-aumento-da-extrema-pobreza-em-campos/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

DA PONTE pra cá: nada como um dia após o outro dia (ri depois). **Racionais TV**. 1 São Paulo: Zimbabwe Records, 2017. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xe8DN92jtbg>. Acesso em: 9 jan. 2024.

DELGADO, Guilherme. Questão Agrária Hoje. *In* Questão Agrária e Desigualdades no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária: ABRA**, [S.l.], ano 35, v. 1, n. 2, p. 27-40, 2014. Disponível em: https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/247/revista_abra_35_vol1-e-2.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

FERNANDES, Rhuann Lima. Reflexos das desigualdades raciais: a escravidão enquanto instituição e a precarização do trabalho contemporâneo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. 35, p. 292–320, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/879>. Acesso em: 4 jan. 2024

FERREIRA, Igor. **PIB dos municípios mostra que economia do país continuou a se desconcentrar em 2021**. Rio de Janeiro: Agência de Notícias do IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38683-pib-dos-municipios-mostra-que-economia-do-pais-continuou-a-se-desconcentrar-em-2021>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FREITAS, Kêila Pirovani da Silva; FARIA, Teresa Peixoto. Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes (RJ): da residência unifamiliar aos difícios de apartamentos. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UFES. v. 1, n. 1, 2011, Espírito Santo. **Anais [...]**. Espírito Santo: UFES, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1575>. Acesso em: 9 jan. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Riqueza: Onde estão os ricos? Municípios 2020**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/ranking/TOP_Municipio2020.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo Demográfico 2022**. Brasil: IBGE, c2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>. Acesso em: 20 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudos revelam impacto da redistribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20conhecido%20por,desigualdade%2C%20especialmente%20nos%20anos%202000>. Acesso em: 4 jan. 2023.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, p. 131-166, 2008. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso de abertura da 78ª Assembleia da ONU**. Nova York: ONU, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>. Acesso em: 6 jan. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Mapa da Fome: fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Programa bolsa Família e cadastro único**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 8 jan. 2024.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. **Pacto nacional pelo combate às desigualdades**: um retrato das desigualdades no Brasil hoje. [s.i.]: ABCD; São Paulo: CEBRAP, 2023. Disponível em: <https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2023/08/RELATORIO-FINAL-.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEFE. **Entenda as causas da desigualdade social e como afeta a população**. São Paulo: OXFAM, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-as-causas-da-desigualdade-social-e-como-afeta-a-populacao/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

PINHEIRO, Ana Carla de Oliveira. **“Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar”**: um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ). Orientadora: Prof. Dra. Luciane Soares da Silva. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2018/10/Tese-Ana-Carla-Oliveira_-Ver-e-n%C3%A3o-enxergar.pdf. Acesso em: 9 jan. 2024.

PREFEITURA DE CAMPOS. **Erradicação do trabalho escravo é tema de reunião entre prefeitura e MPT**. Campos dos Goytacazes: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, 2023. Disponível em: <https://social.campos.rj.gov.br/2023/03/30/erradicacao-do-trabalho-escravo-e-tema-de-reuniao-entre-prefeitura-e-mpt/10549/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO_SOCIOLOGIA_2%C2%BAANO_PEQUENO_MANUAL_ANTIRRACISTA_RIBEIRO_DJAMILA-v_5f0659881d9e4.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

TAVARES, Neto; NOGUEIRA, Sabrina Colares. A desigualdade agrária no brasil: o caso do Centro Paulo Freire. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-desigualdade-agraria-no-brasil-o-caso-do-centro-paulo-freire/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

THEODORO, Mário. A Formação do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, p. 15-44, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade Social e Pobreza como Consequências do Desenvolvimento da Sociedade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: Tecnologia e Civilização, 9., 2005, Paraná. **Anais [...]**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2005. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.